

ATA Nº 04/13
27-11-13

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Fitas', 'Ana Raquel', and 'Sandra Braz'.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a quarta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Ana Raquel Ganhão das Dores Soudo, Francisco Xavier Candeias Fitas, João Manuel Marques Cruz Nobre e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários e José Francisco Ribeiro Roque, assistente técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Sr. Presidente informou que participou numa reunião com o Secretário de Estado da Modernização Administrativa e revelou que é intenção do Governo abrir espaços do Cidadão em todos os municípios do país. Disse que “seremos posteriormente contactados para apresentação da proposta formal do projecto que será remetida para reunião de câmara”. Diz ser sua convicção que esta tentativa de descentralização dos espaços poderá trazer custos para o município com o encerramento de vários serviços locais, nomeadamente Finanças, Segurança Social, Registos Notariais e Centros de Saúde. -----

O Vereador Francisco Fitas informou que as actividades são muitas para estar a enumerá-las todas. Realçou as mais importantes, algumas que não são de âmbito normal como é o caso da calçada da Rua do Alto da Bica. Acrescentou ainda que foram colocados sumidouros na rotunda da Vidigueira, isto para facilitar o escoamento das águas provenientes dos expressores de rega da rotunda. Foram também levantadas as tampas de esgoto à saída para a Vidigueira. Iniciou a reparação da calçada no Pátio do Fidalgo. -----

A Vereadora Sandra Braz informou que participou no evento de receção à comunidade educativa, iniciou o planeamento de várias actividades de Natal: -----

Hora do conto, dramatizações, actividades musicais e outras animações culturais. -----

A Vereadora Ana Raquel quis deixar uma nota relativa à receção à comunidade escolar:

“Convite – Receção à comunidade educativa. -----

Relativamente ao evento queria deixar uma nota que os vereadores do Partido Socialista não participaram no mesmo, porquanto receberam o convite, só dia 18 de Novembro, quando era solicitado que confirmassem a sua presença até dia 15. Mais acrescentam que no convite não estava mencionada nem hora, nem local do evento. Esperemos que este encontro tenha sido do agrado dos seus participantes, pois consideramos que este é um evento que deve realmente se perpetuado, não tanto pela novidade de entrada de novos professores, porque à realidade de hoje a mobilidade de professores no Agrupamento de Escolas de Cuba não é significativa, pois considera-se que tem um corpo docente estável, assim como os seus assistentes administrativos e operacionais. Vimos este momento como um espaço para incentivo e reconhecimento ao trabalho meritório de quem acompanha e trabalha com crianças e jovens na sua formação pessoal e social aliado a toda a parceria com instituições/ comunidade local.” -----

A Vereadora Sandra respondeu dizendo que o convite foi enviado com a devida antecedência pelo que agradece que seja verificada a data do registo dos correios e que

o ofício que saiu do município tinha a data de dia 11 de novembro. Este assunto foi abordado nas duas reuniões de Câmara anteriores pelo que os vereadores da oposição se encontravam devidamente informados. O Programa do evento foi afixado nas escolas com duas semanas de antecedência. De registar também que neste ano houve um aumento significativo dos participantes na iniciativa. -----

O Presidente da Câmara reforçou o que a Vereadora Sandra falou. “Houve um contacto directo com os vereadores na reunião de Câmara de dia 13 de novembro pelo que, não podem alegar desconhecimento. Mais importante do que realçar ou deixar escrito o trabalho meritório de todos os elementos que fazem parte da comunidade educativa é estar presente nas iniciativas. Estranha o facto de a vereadora Ana Raquel ter estado presente em vários anos enquanto presidente da Associação de Pais na receção à comunidade educativa e ter participado na elaboração dos programas e não conhecer o programa da iniciativa que se encontrava afixado e foi divulgado na comunidade com a antecedência de 15 dias e foi também divulgado pelos órgãos de comunicação social local, e nacional.” -----

A Vereadora Ana Raquel informou que à data já não é Presidente da Associação de Pais nem tem qualquer vínculo com aluno, nem filhos a frequentar a escola, e que nunca participou em qualquer elaboração de programa de receção à comunidade educativa. ---

A Vereadora Sandra informou que ficou estabelecido com os directores de cada escola fazer a divulgação do programa. -----

Relativamente ao direito de oposição a Vereadora Ana Raquel deixou a seguinte nota:

“Os vereadores do Partido Socialista, relativamente ao pedido de envio, por escrito, de sugestões, por parte do atual executivo, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, fundamentam: “não enviámos, por escrito, qualquer sugestão porquanto entendemos que o plano de atividades e as grandes opções do plano devem ser trabalhados, primariamente, pelo atual executivo, com maioria, na Câmara Municipal. Pois, também o partido socialista apresentou o seu programa à população e caso tivesse tido oportunidade era sobre o mesmo que visavam as suas opções e planificação de uma forma participada, o qual, por esse motivo, desde já o colocamos ao dispor, para do mesmo poder ser posto em prática as ideias/intenções que considerarem válidas para melhor alcançarmos os objetivos finais: o desenvolvimento e o crescimento social e económico do concelho de Cuba.

O concelho de Cuba, estrategicamente bem localizado no interior do Baixo Alentejo, encontra-se dotado de todas as infra-estruturas básicas indispensáveis para o bem-estar e qualidade de vida do seu povo. Estamos certos que as GOP's para 2014 e o orçamento, visarão prioritariamente responder às necessidades básicas, não asseguradas por outro meio, que em parceria com outras instituições locais, regionais e de políticas públicas possam responder, principalmente nos setores marginalizados ou em vias de exclusão social, aos públicos considerados vulneráveis. -----

Outras políticas, por decerto, visarão promover o desenvolvimento económico e social, ao criar alternativas de geração de emprego e de estabilidade social. Criar condições para o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Criar dinâmicas e apostar fortemente na promoção do nosso concelho assente na preservação da nossa história e património local, através da cultura, turismo, educação, formação, desporto. -----

Não descuidamos o nosso papel de prestação de serviço público e a sua responsabilidade associada participando com sugestões e propostas em tempo, sempre na defesa dos interesses do concelho e da sua população. -----

Que se reflita sobre quaisquer medidas populistas que só podem ser trágicas na gestão autárquica dos dias de hoje e à semelhança do aconteceu no anterior executivo, trabalhando no cumprimento de obrigações legais, onde deverá ser levado em conta a

hmi

Ad
Sabor
Adu
fala

Lei dos Compromissos, assim como outras e cumprir os limites de endividamento, não haver pagamentos em atraso, uma gestão criteriosa e transparente; -----

A gestão de dinheiros públicos obriga a um exame de consciência sistemático onde todas as despesas e investimentos deverão ser executados após uma análise custo/benefício rigorosa. -----

Desta forma, se ainda assim entenderem estamos disponíveis para discutir os mesmos em sede presencial, ainda que será o órgão deliberativo, em sede de reunião de Assembleia Municipal, após ter tido oportunidade de avaliação, que terá a sua grande pronúncia sobre o mesmo.” -----

O Presidente da Câmara respondeu: “Gostava de dizer que o PS foi, relativamente ao direito de oposição, notificado nos prazos previstos e que não recebemos qualquer resposta relativamente a essa notificação. Foram posteriormente notificados por e-mail os vereadores do PS para que, trouxessem para esta reunião de Câmara algumas propostas e ideias para uma reunião de trabalho. Aquilo que verificamos é que de propostas concretas para o orçamento de 2014 não apresentam nada, apenas meia dúzia de ideias genéricas e “chavões” sobre o desenvolvimento. Propõem ainda que a maioria CDU do Executivo consulte o programa do PS para escolher as medidas que pretendemos implementar. Isto no nosso ponto de vista representa uma desresponsabilização sobre as funções que um vereador da oposição deve ter no âmbito da discussão do Orçamento e das grandes opções do plano.” -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2013: 436 903,78 €. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS: -----

1 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CUBA - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DEVIDAS COM A EMISSÃO DE CERTIDÃO. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou a isenção do pagamento de taxas (€ 6,27 + € 18,74), devidas pela emissão de certidão a atestar a isenção de controlo prévio de obras de conservação e beneficiação, a executar no Lar de Idosos, da Santa Casa da Misericórdia de Cuba, no âmbito de uma candidatura apresentada ao PRODER. -----

A Câmara, ~~por unanimidade~~, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “*Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade*”, delibera ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

2 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CUBA - PEDIDO DE COLABORAÇÃO – CORTE DA RELVA. -----

Solicita a Santa Casa da Misericórdia de Cuba a colaboração da Câmara no sentido de disponibilizar um trabalhador dos serviços operativos para, periodicamente, assegurar o corte da relva do pátio interior anexo ao Lar de Idosos, uma vez que a Instituição não dispõe de funcionário que execute esta tarefa. -----

“De harmonia com o disposto na alínea o) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, “(c) *ompete à câmara municipal (...)* (d) *eliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes (...)*””. -----

Nesta conformidade, sendo a Santa Casa da Misericórdia uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que desempenha uma atividade de relevante interesse para o

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "Há" and several illegible signatures.

Município, designadamente através dos serviços prestados pelo seu Lar de Idosos, entre outros de cariz social, poderá a Câmara Municipal conceder o apoio solicitado, através da disponibilização periódica de um trabalhador para efetuar o corte da relva no referido pátio interior. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 97/2013, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, e de harmonia com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, delibera conceder o apoio solicitado através da disponibilização de um funcionário para o efeito. -----

3 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CUBA - PEDIDO DE CONSTRUÇÃO DE RAMPA DE ACESSO NO CENTRO INFANTIL. -----

Solicita a Santa Casa da Misericórdia de Cuba a construção, em calçada à portuguesa, de uma rampa de acesso à cozinha do Centro Infantil, uma vez que o degrau aí existente dificulta o transporte de produtos alimentares em dois contentores que, diariamente se faz nesse local. -----

“De harmonia com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “(c)ompete à câmara municipal (...) (d)eliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras (...) de interesse para o Município (...)”. -----

Nesta conformidade, sendo a Santa Casa da Misericórdia uma Instituição Particular de Solidariedade Social que desempenha uma atividade de relevante interesse para o Município, designadamente através dos serviços prestados pelo Centro Infantil, entre outros de cariz social, poderá a Câmara Municipal deliberar sobre a execução da rampa de acesso à cozinha do edifício.” -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 98/2013, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, e de harmonia com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, delibera executar a rampa de acesso. -----

5 – MARIA DA CONCEIÇÃO CLÁUDIA XIMENES CARDEIRA - APOIOS SOCIAIS – MEDICAÇÃO, GÁS E ALIMENTAÇÃO. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE. -----

Foi presente à Câmara o Despacho do Presidente, autorizando a concessão de apoio em medicamentos, gás e alguns produtos alimentares, no valor de 66,15€, ao agregado familiar da Senhora Maria da Conceição Cláudia Ximenes Cardeira. -----

A Câmara, por ~~UNANIMIDADE~~, com base na informação n.º 31/2013, do Serviço de Ação Social e Saúde na qual, fazendo uso do n.º 18 do Regulamento dos Apoios Sociais, é feito o enquadramento em situação de carência económica do agregado familiar composto pela Senhora Maria da Conceição Cláudia Ximenes Cardeira, seu esposo Carlos Filipe Rombão Cardeira a frequentar um EFA B3, e seus filhos António Francisco Ximenes Cardeira de 14 anos e Diogo Filipe Ximenes Cardeira de 10 anos de idade, ambos estudantes, residentes na Rua Luís de Camões, n.º 5/A, na Freguesia de Cuba, pois estão a viver apenas com € 419.22, mais o subsidio de almoço, no valor de €4,27, que o marido recebe do Curso, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara nos termos do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

6 - SUBMISSÃO DE TRÊS CANDIDATURAS NA MEDIDA ESTÁGIOS EMPREGO PARA AS ÁREAS DE DESPORTO, JORNALISMO E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 33/2013 do SASS dando conta de que o

fta:

Carbon
Apur
fo h

Município de Cuba pretende efetuar três candidaturas na medida Estágios Emprego para a integração de 3 estagiários nas áreas de Desporto, Jornalismo e Animação Sociocultural. -----

A razão pela qual se pretende implementar esta medida no Município de Cuba prende-se com o facto de esta entidade ter em vista melhorar o perfil de empregabilidade dos jovens do concelho que procuram emprego bem como promover a sua inserção ou reconversão profissional. -----

Estes estágios traduzem-se numa forma de transição para a vida ativa, e não consistem na ocupação de postos de trabalho. -----

Por força das competências que são cometidas ao órgão executivo do Município pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 27 de Novembro de 2013, para que possa ser deliberado e submetido à aprovação as referidas candidaturas, cujo os custos efetivos a cargo da Câmara Municipal em 2014 correspondem a: -----

- **Candidatura de Desporto - 11.596,92 €**, com a despesa anual efectiva por parte da Câmara igual a € 1 971,36. -----

- **Candidatura de Jornalismo - 11.596,92 €**, com a despesa anual efectiva por parte da Câmara igual a € 3 631,44. -----

- **Candidatura de Animador Sociocultural - 9.319,20 €**, com a despesa anual efectiva por parte da Câmara igual a € 2 861,28. -----

Face à forte probabilidade das candidaturas contemplarem a possibilidade de existir despesa em mais do que um ano civil, propõe-se ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro, a aprovação pela Assembleia Municipal para a realização de custos plurianuais, condicionando a celebração dos respectivos contratos de estágio e início de funções a prévia aprovação por parte daquele órgão. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação atrás referida, delibera tomar conhecimento e solicitar à Assembleia Municipal autorização para assunção da despesa plurianual. -----

7 – JUNTA DE FREGUESIA DE VILA ALVA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE 40 LITROS DE MONDA QUÍMICA. -----

Solicita a Junta de Freguesia de Vila alva a cedência de 40 litros de monda química para eliminação das ervas daninhas nas vias públicas daquela localidade. -----

De acordo com a informação n.º 99/2013 do SAJAI, “O ato em análise consubstancia uma doação que é “(...) o contrato pelo qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício do outro contraente” (vide nº 1 do art.º 940º do Código Civil). -----

De harmonia com o disposto na alínea ee) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12/09, compete à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal”, bem como lhe compete, de harmonia com o disposto na alínea cc) do mesmo nº 1 “alienar bens móveis”. -----

Nesta conformidade, cabendo à Câmara Municipal a gestão de todos os bens, móveis ou imóveis, integrados no seu património, cabe-lhe também deliberar sobre a alienação dos bens móveis, seja ela onerosa ou gratuita (como no caso concreto).” -----

A Câmara, por unanimidade, delibera atender a pretensão da Junta de Freguesia. -----

+

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "fabin" and "Doris".

Hm
S. B. M.
A. M.
A. L.

8 - JUNTA DE FREGUESIA DE VILA ALVA – PEDIDO DE APOIO – ABERTURA DE 5 COVAS SIMPLES NO CEMITÉRIO. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE. -----

Foi presente à Câmara o Despacho do Vice-Presidente, deferindo o pedido solicitado pela Junta de Freguesia de Vila alva com vista à execução de 5 covas simples no Cemitério daquela localidade e a cedência de um total de 600 tijolos necessários para a construção das mesmas. -----

A Câmara, por UNANIMIDADE, com base na informação n.º 100/2013 do SAJAI, que conclui: “de harmonia com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, compete à Câmara Municipal “(d)eliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras (...) de interesse para o município (...)”, e de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, delibera ratificar o despacho do Vice-Presidente da Câmara, que atuou no uso de competências delegadas. -----

9 – BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E ESPAÇO PARA ARMAZENAMENTO DA RECOLHA DE DONATIVOS. -----

Solicita o Banco Alimentar Contra a Fome colaboração da Câmara durante a próxima campanha de recolha de alimentos, que terá lugar, nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro de 2013. -----

Foi presente à Câmara a informação 101/2013 do SAJAI, que faz o enquadramento da pretensão: “De harmonia com o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 16.º do Regulamento Municipal de Cedência de Autocarros Municipais e de Veículos de Transporte de Passageiros, constituem encargos a suportar pela entidade utilizadora horas extraordinárias a que houver lugar e ajudas de custo a que tiver direito o motorista. -----

Por seu turno, a alínea a) do n.º 2 do art.º 5º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços, determina que “(p)oderão ainda ser isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50 %, mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal (...) as associações humanitárias, culturais, religiosas, recreativas, desportivas e de desenvolvimento local, desde que legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários”. -----

Nesta conformidade, pode a Câmara Municipal, atendendo à missão desenvolvida pelo Banco Alimentar Contra a Fome, poderá isentar ou reduzir até 50% os custos que sejam devidos por esta entidade pela cedência do transporte requisitado. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação do SAJAI, delibera atender a pretensão isentando do pagamento das taxas. -----

10 – FRANCISCO MÂNCIO CARVALHO CAIXEIRO – PEDIDO DE PAGAMENTO DE FATURAS DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. -----

Solicita o Sr. Francisco Mâncio carvalho Caixeiro, em virtude da débil situação financeira que lhe seja autorizado o pagamento em 4 prestações das faturas de água que tem em atraso referentes aos meses de agosto e setembro/13, correspondentes ao consumo no prédio sito na Rua Manuel Marques da Costa, n.º 17, em Cuba. -----

De acordo com a informação da Subunidade Administrativa a fatura de água do mês de setembro /13, no valor de € 50,74, que se encontra em débito. -----

De acordo com o disposto no artigo 73.º, nos pontos 3 e 4, do Cap. V, Secção II, do Regulamento Municipal do serviço de abastecimento público de água do Concelho de Cuba, “o utilizador pode pagar a factura parcialmente, o total pode ser dividido, mas cada uma das tarifas não pode ser fraccionada, deve ser paga na totalidade”. -----

A fatura de água do mês de Agosto/13 no valor de €78.01, que se encontra em processo de execução fiscal; -----

Prevê o artº 196 do Código do procedimento e do Processo Tributário, a possibilidade do pagamento em prestações, sendo essa competência para autorizar do órgão de execução fiscal (artº 197º do CPPT). -----

Para uma eventual decisão favorável, apresenta a subunidade administrativa uma simulação do Plano de Pagamento. -----

	Fatura em débito	Fatura em Exec. Fiscal
1ª Prestação	15.85 €	26.00 €
2ª Prestação	11.63 €	26.00 €
3ª Prestação	11.63 €	26.01 €
4ª Prestação	11.63 €	
Total	50.74 € *	78.01 *

*) Acresce juros à data do pagamento. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação atrás referida, delibera atender o pedido do requerente. -----

11 – TERTÚLIA DO GRUPO DE FORCADOS AMADORES DE CUBA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MUITIUSOS E MATERIAL – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO PREÇO DE UTILIZAÇÃO. -----

Solicita a Tertúlia do Grupo de Forcados Amadores de Cuba, cedência (1), a título gratuito (2), do Pavilhão Multiusos da Mata, para realização de um jantar de Natal, no dia 14 de Dezembro/13. -----

De acordo com a informação n.º 302/2013 da Subunidade Administrativa, relativamente ao ponto (1) “Compete à câmara deliberar sobre a cedência do espaço, conforme o previsto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/13 de 12 de Setembro”. -----

Relativamente ao ponto (2) “No que diz respeito à isenção do pagamento de taxas, prevê a alínea a) do nº2 e n.º 6 do artº 5º do Regulamento de Taxas e Preços do Município de Cuba, a possibilidade de que a câmara isente ou reduza do pagamento do preço, “as associações humanitárias, culturais, religiosas, recreativas, desportivas e de desenvolvimento local, desde que legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem directa e imediatamente à realização dos seus fins estatutários.”-----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação atrás referida, delibera atender o pedido do requerente isentando do pagamento das taxas. -----

12 - ACÚSTICA MÉDICA (HIDDEN HEARING, PORTUGAL) - RASTREIO AUDITIVO – OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA – ISENÇÃO DE TAXAS. -----

Solicita a empresa “A ACÚSTICA MÉDICA (HIDDEN HEARING, PORTUGAL), autorização para ocupação de via pública e isenção do pagamento da respectiva taxa, para efeitos de realização de um rastreio auditivo gratuito, no próximo dia 12 de Dezembro de 2013, junto à Caixa de Crédito Agrícola, das 09h00 às 18h00. -----

hha.
Ad
Lafan
Aves
Lafan

Municipal, que conclui: -----

a) - No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 27 de novembro de 2013, para que nela possa ser deliberado o seguinte: -----

a.1) - Em sintonia com o n.º 2 do art.º 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na sua redação atual, articulada com a alínea eee) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor o valor de 5% da colecta líquida do IRS pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba; -----

a.2) - Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em dezembro de 2013, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria.

A Câmara, por unanimidade, com base na informação, delibera: -----

a.1) - Em sintonia com o n.º 2 do art.º 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na sua redação atual, articulada com a alínea eee) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor o valor de 5% da colecta líquida do IRS pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba; -----

a.2) - Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em dezembro de 2013, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria.

16 – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM – PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA O ANO DE 2014. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 22/2013 do Chefe da Divisão de Gestão Municipal, que conclui:-----

a) - No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 27 de novembro de 2013, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

a.1) - Em sintonia com a alínea b) do n.º 2 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual, articulada com a alínea eee) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor um valor para a taxa em causa até ao montante de 0,25% do valor da fatura; -----

a.2) - Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em dezembro de 2013, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para aprovar as taxas do município e fixar os respetivos valores, que o legislador lhe atribuiu através da alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação, delibera: -----

a.1) - Em sintonia com a alínea b) do n.º 2 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual, articulada com a alínea eee) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor um valor de 0,25%, para a taxa em causa.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Hui", "S. B.", "JMS", and "F. H.".

+11

a.2) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em dezembro de 2013, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para aprovar as taxas do município e fixar os respetivos valores, que o legislador lhe atribuiu através da alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria. -----

17 – LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL E NÃO ISENTO DE IRC – PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA O ANO DE 2014. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 23/2013 do Chefe da Divisão de Gestão Municipal, que conclui: -----

a) - No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 27 de novembro de 2013, para que nela possa ser deliberado o seguinte: -----

a) - No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 27 de novembro de 2013, para que nela possa ser deliberado o seguinte: -----

a.1) - Em sintonia com o n.º 1 do art.º 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na sua redação atual, articulada com a alínea eee) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor o lançamento de derrama para o ano de 2014 até ao montante de 1,50% sobre o lucro tributável e não isento de imposto da colecta líquida do IRS pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba; -----

a.2) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em dezembro de 2013, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos deputados do PS, com base na informação, delibera: -----

a.1) - Em sintonia com o n.º 1 do art.º 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na sua redação atual, articulada com a alínea eee) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor o lançamento de derrama para o ano de 2014 até ao montante de 1,50% sobre o lucro tributável e não isento de imposto da colecta líquida do IRS pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba; -----

a.2) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em dezembro de 2013, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria. -----

Os vereadores do PS propõem a isenção da Derrama porquanto considerarem que não constituindo uma receita principal e com pouca relevância nas finanças do município poderá constituir um incentivo à procura e fixação de novas empresas assim como às que já estão sediadas no concelho. -----

O Presidente da Câmara diz compreender a posição dos vereadores do PS relativamente à fixação e captação de empresas e “estaremos no futuro disponíveis para lançar uma taxa reduzida de derrama de acordo com o volume de negócios das empresas.”-----

Neste momento e na conjuntura actual esta é uma receita que não pode ser descurada e o peso que terá no tecido empresarial será pouco significativo e não obstará à fixação e manutenção de empresas no concelho que poderão ser beneficiadas com outros mecanismos mais apelativos e farão parte já do novo orçamento para 2014. Por outro

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

lado é necessário cultivar uma gestão responsável e ponderada porque existe a assunção de compromissos que o município deve assumir e cumprir com as suas obrigações e neste momento é demagógico baixar o valor. -----

18 - SERVIÇOS FINANCEIROS – ALTERAÇÃO N.º 12 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S PARA O ANO FINANCEIRO DE 2013. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 92/2013, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respectiva execução do Dec-Lei n.º 54-A/99), a modificação ao orçamento e às GOP's. -----

Na alteração n.º 12 ao orçamento e GOP'S, as modificações no orçamento da despesa ocorreram para fazer face a despesa relacionada com prémios, condecorações e ofertas (ofertas de natal aos filhos dos funcionários) comunicações, serviços bancários, seguros, outro material - peças, encargos das instalações, conservação de bens (reparação da caldeira das piscinas municipais), transferência para famílias (bolsas de estudo) e aquisição de bens e serviços diversos. Foi alterada a classificação da despesa para fazer face à despesa do jantar de Natal e à dinamização do comércio local. Também foram efetuados alguns ajustamentos a nível do pessoal e reforçadas as rubricas de seguros de acidentes de trabalho. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2002/1 ações 1,2 e 9 - O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de equipamento informático (hardware e software) para gabinete de apoio ao presidente;

01 111 2002/3 - O reforço ocorreu p/ fazer à aquisição de equipamentos para a presidência; -----

01 111 2002 /4- O reforço ocorreu p/ fazer à aquisição de equipamento básico para a área das obras; -----

01 111 2004/18-O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de equipamento informático (hardware) para o gabinete de apoio ao presidente; -----

02 252 2002/54- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de equipamento básico para os parques e jardins; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificação (reforços) nos seguintes projetos: -----

02 211 2003/5001 ação 2-O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto; -----

02 211 2007/5004 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com comunicações – projeto CPCJ; -----

04 410 2002/5055 - O reforço ocorreu para fazer face à previsão de despesa relacionada com as amortizações EML/prazo. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, delibera aprovar a alteração. -----

19 – SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE - APOIOS SOCIAIS 2013 – MEDICAMENTOS. -----

Foi presente à Câmara Informação nº 32/2013 do Serviço de Ação Social e Saúde que contém a seguinte proposta: -----

“Nos termos do Regulamento de Apoios Sociais, aprovado para a área de intervenção: Apoios na Comparticipação de Medicamentos (apoios correntes) e de acordo com o Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2013, foram atribuídos na reunião de Câmara de 27 de março de 2013 apoios para medicamentos à Sra. Deolinda Maria

+

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Leonor" and "Agnes".

Serrano São Bento Zorro e ao Sr. António Joaquim Baltazar Carvalho. Em virtude do falecimento de ambos, é necessária autorização por parte do órgão executivo para transição dos referidos apoios para o nome dos respetivos cônjuges, António Joaquim Panasqueira Zorro e Maria Rosa Cabecinha Coelho Carvalho para efeitos de pagamento das respetivas faturas à Farmácia Central de Alfundão. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera atender o pedido formulado. -----

OBRAS PARTICULARES: -----

Foi requerido ao abrigo do DL 555/99, de 16/12, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, o licenciamento das seguintes obras particulares: -----

20 - NUNO FILIPE GONÇALVES TEIXEIRA – PROCESSO N.º 29/2013 -
Conservação e Manutenção com alteração de fachada – Rua 25 de Abril, n.º 11 – Vila Alva. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do art. 23.º da Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, delibera deferir o licenciamento, fixando o prazo de 5 meses para execução da obra. -----

FORA DA ORDEM DO DIA: A Câmara, por unanimidade, ao abrigo do disposto no art.º 50º n.º 2 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera incluir na ordem do dia, dada a urgência de deliberação, os seguintes assuntos: -----

21 – PK – UNIPESSOAL, LDA – PROCESSO N.º 9/2013. -----

Demolição, reconstrução e adaptação de habitação a espaço comercial – Rua da Fonte dos Leões, n.º 22 a 28, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do art. 23.º da Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, delibera deferir o licenciamento sem condicionantes, uma vez que já foi apresentada a declaração da ordem dos engenheiros técnicos do projetista de ITED, fixando o prazo de 12 meses para execução da obra. -----

22 – RICARDO MANUEL PIRES AMARO – PEDIDO DE TRANSPORTE PARA O SEU EDUCANDO EM VEÍCULO DA AUTARQUIA. -----

Solicita o Sr. Ricardo Manuel Pires Amaro, colaborador desta autarquia, inserido na candidatura 042/CEI+/2013 da Junta de Freguesia de Cuba, pai do aluno Gabriel Filipe da Silva Amaro, autorização para poder transportar o seu educando na carrinha da Câmara, de Cuba para Faro do Alentejo, dado que os horários são compatíveis. -----
Foram presentes à Câmara as informações n.º 92/2013, da Subunidade de Recursos Humanos e n.º 55/2013, do Serviço de Ação Educativa, para enquadramento da pretensão, de acordo com as quais: -----

“- Por uma questão de parcimónia, o veículo utilizado para transporte de pessoal para as freguesias, é conduzido por um desses trabalhadores, desde que se encontrem devidamente habilitados, como é o caso em concreto; -----

- As viaturas municipais podem ser conduzidas por trabalhadores não detentores da categoria de assistente operacional, área de atividade de motorista, desde que sejam portadores de despacho de condução genérica emitido pelo Sr. Presidente da Câmara;

- Conforme informação n.º 55/2013, de 04/11/2013, do Serviço de Ação Educativa, ao educando para quem é efetuado o pedido de transporte, é-lhe concedido o pagamento de 100% do valor do passe escolar, por se tratar de aluno a frequentar o 2º ciclo; -----

Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.

-Atualmente, o controlo diário de quilometragem das viaturas municipais é efetuado por fichas diárias, na ausência de regulamento interno de utilização de viaturas municipais, e que será pertinente, num futuro próximo, ponderar-se sobre a elaboração do mesmo, de forma que se reúna num documento único as normas de controlo de condução de viaturas municipais que se encontram instituídas neste município e outras situações que eventualmente venham a ser necessárias. -----

- Não se encontra atualmente instituído, o transporte de filhos de trabalhadores da autarquia, para a escola e vice-versa, em viaturas municipais destinadas a transporte de trabalhadores, esta é uma situação excecional, atendendo ao período de tempo que medeia entre o final das aulas e o transporte escolar; -----

A Câmara, por unanimidade, com base nas informações n.º 92/2013, da Subunidade de Recursos Humanos e n.º 55/2013, do Serviço de Ação Educativa, atendendo ao facto de que neste momento já está a ser suportado, na íntegra, por parte da Autarquia o passe para utilizar transporte público e esses transportes são efetuados em horários compatibilizados com a Escola; atendendo, também ao facto de que não é possível ao município assegurar com permanência que a viatura a utilizar está devidamente habilitada para transporte de crianças e nunca descurando aquela que poderá ser a responsabilidade civil do município em caso de acidente, delibera indeferir a pretensão do requerente. -----

23 – BOLSAS DE ESTUDO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA RECEÇÃO DE CANDIDATURAS. -----

Solicita o Sr. Manuel Ernesto Agostinho Carvalho a aceitação extemporânea da sua candidatura a bolsas de estudo, uma vez que, por lapso, deixou passar o respetivo prazo e sem a referida bolsa torna-se difícil a continuação dos seus estudos. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 102/2013, do SAJAI com o enquadramento da pretensão, que se transcreve: -----

“De harmonia com o disposto no n.º 3 do art.º 1.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para Cursos do Ensino Superior, “(a)s bolsas de estudo têm por objetivo apoiar o prosseguimento dos estudos dos alunos de menores recursos económicos, desde que obtenham aproveitamento escolar”. Consequentemente, no início de cada ano letivo, a Câmara Municipal abre concurso para atribuição de bolsas de estudo, o qual é publicitado através de edital a fixar nos locais de estilo, bem como no sítio da Internet da Câmara Municipal (vide n.º 4 do art.º 2º do citado regulamento).

Dando cumprimento ao estipulado nas normas anteriores, foi deliberado pelo órgão executivo, em sua reunião ordinária de 25/09/2013, a abertura de processo de candidatura para atribuição de bolsas de estudo para cursos do ensino superior – ano letivo 2013/2014, devendo as candidaturas ser apresentadas até ao dia 31/10/2013. Foi igualmente deliberado, em virtude da proximidade do ato eleitoral autárquico, que fosse o novo executivo a fixar no número de bolsas a atribuir, bem como o respetivo montante. Tal, porém, ainda não foi fixado até à presente data. -----

Compulsado o Regulamento sub judice, verifica-se que não existe qualquer norma que sancione a entrega de candidaturas fora dos prazos fixados. -----

Assim sendo, conforme estipula o n.º 1 do art.º 9º, **os casos omissos são resolvidos pela Câmara Municipal.** -----

Mais se informa que, em anos anteriores, já foi admitida a prorrogação excecional do prazo para apresentação de candidaturas (vide deliberação tomada em 01/02/2012, que se anexa). -----

Nesta conformidade, deve a Câmara Municipal, ao abrigo da norma referida no n.º 1 do art.º 9º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para Cursos do

+

Agos
Sefom

Ensino Superior, deliberar sobre a eventual fixação de um período excecional de candidaturas a bolsas de estudo, não só atendendo à situação da requerente, mas também de eventuais interessados que se encontrem na mesma situação.” -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação, e considerando que os processos ainda se encontram em fase de análise, delibera aceitar a proposta, prorrogando até dia 4 de dezembro, o prazo para aceitação das candidaturas, devendo a mesma ser divulgada na página da NET do Município. -----

24 – MANUEL ANTÓNIO MACHADO DOS SANTOS – AUTORIZAÇÃO PARA APANHA DE AZEITONAS – PERMUTA COM AZEITE. -----

Vem o Sr. Manuel António Machado dos Santos, residente em Cuba na Rua Horta do Bicho, lote 2, 1º Esqº, requerer que lhe seja autorizada a apanha das azeitonas do olival sito na Corte da Malha, nas traseiras do Cemitério Municipal de Cuba, comprometendo-se, em troca, a entregar ao Município 40 litros do azeite produzido. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 103/2013, do SAJAI, que se transcreve: -----

“De harmonia com o disposto na alínea c) do nº 1 do artº. 204º do Código Civil, “são coisas imóveis (...) os frutos naturais (...) enquanto estiverem ligados ao solo” -----

Nos termos das alíneas g) e dd) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG”, ou seja, até € 485.000,00, e “(p)roceder à aquisição (...) de bens (...)”. -----

Estamos, assim, perante a figura do contrato de permuta, que é um contrato não tipificado autonomamente pela lei e ao qual se aplicam as regras da liberdade contratual e subsidiariamente as normas relativas à compra e venda. Traduz-se, em suma, num contrato através do qual se troca a propriedade de um bem ou outro direito pela propriedade ou direito de outro bem. E no caso concreto traduz-se na troca de um bem presente (as azeitonas) por um bem futuro (o azeite). -----

Nesta conformidade, sendo certo que o valor pecuniário que eventualmente possa resultar da apanha das azeitonas é inferior a € 485.000, pode a Câmara, se assim o entender, deliberar sobre a sua alienação mediante a permuta de 40 litros de azeite. -----

Porém, atendendo à época do ano em que nos encontramos, em que a apanha da azeitona deve ser efetuada no mais curto espaço de tempo, sob pena de não possuir qualquer utilidade para o lagar, propõe-se que o presente assunto possa ser submetido a deliberação, fora da ordem do dia, na próxima reunião de Câmara que terá lugar no dia 27/11/2013, caso 2/3 dos seus membros reconheçam a urgência desta deliberação, nos termos do nº 2 do artº. 50º da Lei nº 75/2013, de 12/09. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aceitar a proposta do requerente. -----

25 – IEFP – CURSO TÉCNICO DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – PEDIDO DE EQUIPAMENTO DE SOM. RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o Despacho da Sr.ª Vereadora da Cultura que autorizou a cedência de equipamento de som aos alunos do Curso Técnico de Organização de Eventos, promovido pelo IEFP, para um workshop de Kizomba a realizar no dia 27 de novembro de 2013, pelas 10 horas no Salão dos Bombeiros Voluntários de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, delibera ratificar o despacho da Vereadora da Cultura, que atuou no uso de competências delegadas. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "f. t. a. i.", "A. B. M.", and "Agnes".

26 – DESPACHO DE DESIGNAÇÃO DO CHEFE DE GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente à Câmara, para conhecimento, um despacho do Sr. Presidente, emitido ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que designa, como Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, José António Rocha Cabrita, portador do CC n.º 12219490 0ZZ3. -----

Mais torna público no que concerne à designação, funções, regime de exclusividade, incompatibilidades, impedimentos, deveres e garantias é aplicável ao membro agora designado, com as necessárias adaptações, o disposto no Dec-Lei n.º 11/2012, de 20 de Janeiro. -----

Por último determina que o membro agora designado inicie funções a partir de 18 de Novembro de 2013. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

27 – DIREÇÃO REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO – DETECÇÃO DO INSETO *RHYNCHOPHORUS FERRUGINEUS* sp. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente à Câmara, o ofício 1451/2013/DSDAR da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Alentejo informando que foram observados sintomas da presença do insecto *Rhynchophorus ferrugineus* sp., em 44 palmeiras *Phoenix Canarienses*, sendo 5 no Jardim da Estação da CP e 39 na Quinta da Graciosa, em Cuba. -----

Para cumprimento do art.º 20.º do Dec-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, republicado pelo DL n.º 243/2009, de 17 de setembro, e legislação complementar, considerando a evidência dos sintomas e a fim de evitar a dispersão e o estabelecimento do insecto, notifica a Câmara para, no prazo de 30 dias, tomar as devidas medidas de proteção, procedendo ao arranque e destruição das plantas seriamente afetadas, ou ao seu tratamento e disso dar conhecimento aos serviços da DRAP. -----

A Câmara tomou conhecimento e já diligenciou no sentido de pedir orçamento para o tratamento das palmeiras e encontrar a melhor solução para o problema. -----

28 – DANOS CAUSADOS EM PORTA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CUBA. INFORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA BIBLIOTECA. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 95/2013 do SAJAI, fazendo o enquadramento dos fatos ocorridos na Biblioteca Municipal de Cuba, que a seguir se transcrevem, constantes da Informação n.º 45/2013, de 12/11/2013. -----

Foi informado por Ana Paula Ortega, Dulce Vasco e José Frágoso, trabalhadores da Biblioteca Municipal de Cuba, que no dia 11/11/2013, pelas 14h30, o Sr. Badescu Marius, utilizador frequente daquele espaço, se exaltou por não lhe ter sido permitido levar todos os CD's que pretendia e ao sair dali com alguma agressividade partiu o puxador da porta, tal foi a força utilizada. -----

O referido utilizador regressou mais tarde e tentou arranjar os estragos, mas não conseguiu por o parafuso se ter partido. -----

Foi afirmado pelos trabalhadores identificados que o parafuso do puxador em questão já tinha sido soldado várias vezes, motivo pelo qual a porta se mantinha aberta durante o horário de funcionamento. -----

De harmonia com o disposto nas alíneas f) e k) do art.º 14º do Regulamento da Biblioteca Municipal de Cuba, constituem, entre outros, deveres dos utilizadores “(i)ndemnizar o Município de Cuba pelos danos ou perdas que forem da sua responsabilidade” e “(z)elar pelo bom tratamento e conservação das instalações e

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "HMS", "J. Cabrita", "A. Rocha", and "A. Cabrita".

equipamentos disponibilizados, sendo responsabilizado pelos danos que, por manifesto descuido ou má fé se verifiquem terem ocorrido durante o período em que estiveram entregues à sua responsabilidade.” -----

Ainda de harmonia com o artigo 30.º do Regulamento da Biblioteca Municipal de Cuba, “a danificação do património da Biblioteca ou o não cumprimento das normas estabelecidas, implicam a perda do direito de utilização dos Serviços por um período máximo até um ano e a indemnização pelos danos causados.” -----

A Câmara, por unanimidade, delibera, face à escassa relevância do bem danificado, não exigir a respectiva indemnização, mas censurar a conduta do utilizador para evitar repetições de casos similares e aplicar a perda do direito de utilização de todos os serviços da Biblioteca, por um período de 30 dias, com início decorridos que sejam 10 dias após a notificação, que será feita por carta registada, em conformidade com o art.º 30.º do Regulamento da Biblioteca Municipal. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Não se verificaram intervenções. -----

APROVAÇÃO DA ATA: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 14,10 horas. -----

E, eu, José Francisco Ribeiro Roque, assistente técnico redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Assistente Técnico,

